

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006468-84.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**
 Requerente: **Ana Maria Beraldo**
 Requerido: **Claro S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº 1006468-84.2018.8.26.0566.****VISTOS.**

ANA MARIA BERALDO ajuizou a presente **AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE C/C TUTELA DE EVIDÊNCIA** em face de **NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A – CLARO S/A**, todos devidamente qualificados nos autos.

Aduz a Autora, em síntese, que é assinante dos serviços de telefonia, TV e internet banda larga da requerida há dois anos. Ocorre que desde o mês de maio de 2017 paga uma taxa mensal indevida a título de aluguel de equipamento habilitado. Informou que era pratica comum das operadoras de TV por assinatura cobrar uma espécie de aluguel pelo uso dos decodificadores, porém em 2009 a Anatel apresentou um novo regulamento que proporciona ao consumidor a chance de não mais pagar valor extra pelos vários pontos de recebimento do serviço. Requer a condenação da requerida a restituição dos valores em dobro de cada parcela paga pela cobrança indevida.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A inicial veio instruída por documentos às fls. 14/74.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação (fls.89/101) alegando preliminarmente a falta de razoabilidade do pleito. No mérito, alega que não há que se falar em cobrança indevida, pois derivada de aluguel do equipamento utilizado pela requerente. Alega que o equipamento é necessário para transmissão dos serviços e que os valores cobrados são referentes aos equipamentos e não aos pontos de transmissão. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 102/153.

Sobreveio réplica às fls. 158/166.

As partes foram instadas a produzir provas (fls.167). A requerente peticionou informando que não possui mais provas a produzir (fls.170), bem como o requerido (fls.171).

É o relatório.

DECIDO.

Trata-se de ação de repetição de indébito c/c declaratória de inexigibilidade c/c tutela de evidência, onde a autora alega que paga indevidamente aluguel de equipamento e pede a condenação da ré a restituição de tais valores e a declaração de inexigibilidade desta cobrança.

A Resolução 528 da ANATEL, de 17/04/2009, passou a vedar expressamente a cobrança de taxa adicional pelo "ponto extra".

Ocorre que a cobrança de **aluguel pelos equipamentos fornecidos** aos clientes está autorizada pela Súmula n. 09, de 19/03/2010, da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sobredita Agência Reguladora.

O "ponto extra" depende da instalação de um receptor específico, na medida em que nele o usuário pode sintonizar um canal diverso do sintonizado no ponto considerado principal.

A ré não pode ser compelida a disponibilizar tal aparelhagem ao assinante de forma gratuita, pois se assim o for, esse custo será rateado entre todos os assinantes, em prejuízo dos que possuem um único ponto.

No caso concreto, observa-se que nas faturas de cobrança, acostadas aos autos, fls. 21/74 e fls. 119/153, consta, expressamente, no item "MENSALIDADE NET TV", a discriminação da cobrança de **"aluguel de equip habilitado"** e "MENSALIDADE TV PRINCIPAL SELEÇÃO CBO NET FÁCIL DIG", referindo-se o primeiro ao **uso de equipamentos** a permitir a ativação de sinais no ponto adicional.

Diante disso, havendo expressa identificação nas faturas de cobrança, não há falar em ilegalidade e/ou abusividade da cobrança.

Cabe ainda consignar que conforme a própria inicial menciona, as partes se relacionam há dois (02) anos e assim não é razoável que agora a autora venha reclamar de situação com a qual concordou quando do início do relacionamento.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Por todo o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A AÇÃO, ficando o mesmo extinto com julgamento do mérito nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante a sucumbência, fica a autora condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da requerida, que fixo, por equidade, em 10% sobre o valor dado à causa. No entanto, deverá ser observado o disposto no art. 98, parágrafo 3º do CPC, tendo em vista que pela decisão de fls. 76, foi deferido o pedido de justiça gratuita à postulante.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 19 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**